

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA DO MÊS DE AGOSTO DE 2012

1 No dia 14 (quatorze) de agosto de 2012 (dois mil de doze), às 14:45 (quatorze horas e quarenta e
2 cinco minutos), no auditório do Recinto de Exposições, reuniu-se os membros do Conselho
3 Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), com a presença de 11 (onze) integrantes a
4 saber:, Eduardo Paulo Boskovitz presidente do COMDEMA, Alexandre Batista do Carmo
5 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Tenente Igor Kenzo Hiasa
6 representante da Polícia Ambiental, Kátia Regina Penteadó representante da UNIRP, Sandra
7 Mourão Monnerat representante do SEMAE. Humberto Scandiuzi representante da Secretaria
8 Municipal de Planejamento, Paulo José de Fazzio Junior representante Faculdades Integradas Dom
9 Pedro II, Jane Pugliesi representante do Rotary.

10 O presidente Eduardo Boskovitz iniciou a reunião pedindo desculpas pela falta de quorum, não
11 permitindo assim a realização de uma reunião ordinária, realizando-se por tanto uma reunião
12 extraordinária. Boskovitz comenta do Projeto de Lei nº 178/2012, na qual altera a composição dos
13 membros do COMDEMA, que já foi assinado pelo Prefeito e se encontra agora na Câmara
14 Municipal para votação dos Vereadores. Agradeceu ao IBILCE/UNESP por ceder um local para as
15 reuniões do Conselho. O presidente lembrou que a atual diretoria do COMDEMA está empossada a
16 mais de um ano e que é preciso deliberar sobre sua recondução. Kátia Regina Penteadó diz que
17 mesmo sem a maioria dos membros do Conselho presentes na reunião é importante deliberar para
18 resolver algumas questões pendentes. Afirmou também que o Conselho tem que existir
19 efetivamente e que é hora de estabelecermos prioridades. O Tenente Igor Hiasa questionou se os
20 membros que faltaram à reunião justificaram suas ausências. Alexandre Carmo explicou que
21 somente Silvana Milanesi representante da OAB justificou sua ausência. Humberto Scandiuzi disse
22 que faltou reforçar o convite para a reunião já que o Conselho ficou um período extenso sem as
23 mesmas, comentou que a convocação foi falha e que deveria ter feito o convite via telefone
24 também. O presidente Boskovitz lembrou que as reuniões sempre foram marcadas por e-mail.
25 Sandra Mourão do SEMAE lembrou que a partir do momento que já está programado que toda
26 segunda terça-feira do mês é realizada uma reunião ordinária isso se torna rotineiro, não havendo
27 necessidade de outros meios de convocação. Boskovitz dá sequência à reunião apresentando Renato
28 Góes assessor da Secretaria de Habitação e também Fernando Fonseca do Parque Ecológico
29 Educativo Danilo Santos de Miranda, ambos com sugestões à serem discutidas no Conselho. Renato
30 Góes assume a palavra, se apresenta e inicia falando sobre a composição da Secretaria Municipal de
31 Habitação, explica que ela está sendo estruturada com corpo técnico formado por fiscais,
32 advogados, arquitetos, engenheiros, facilitando assim o processo de regularização dos loteamentos.
33 Renato explica que o município tem um grande problema com loteamentos irregulares e
34 parcelamento ilegal do solo. Renato fala que hoje a regularização não vai ter solução se não houver
35 fiscalização porque o problema não é surgimento de novos loteamentos, mas a expansão dentro dos
36 já existentes, e a subdivisão dos lotes. O município de São José do Rio Preto tem mais de 108



37 loteamentos irregulares, 12.000 (doze mil) lotes clandestinos. As leis que tem sido utilizadas para
 38 embasar os pareceres relacionados aos processos de regularização são: Resolução nº 364 do
 39 CONAMA, Lei 11977/2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a
 40 regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Existe também a Lei
 41 Municipal 10547/2009 estabelece os critérios para regularização fundiária dos assentamentos ou
 42 loteamentos irregulares e clandestinos consolidados no Município e regulamenta as funções da
 43 COPEUR – Comissão Permanente de Urbanização e Legislação dos Loteamentos irregulares e
 44 Clandestinos. Atualmente temos 75 LEPACs (Levantamento Planialtimétrico Cadastral) com 108
 45 núcleos. A COPEUR analisa esses Lepacs. Existe o programa estadual CIDADE LEGAL que
 46 oferece orientação e apoio técnico às prefeituras para a regularização de parcelamentos do solo e de
 47 núcleos habitacionais, para fins residenciais, localizados em extensão urbana ou de expansão
 48 urbana. Renato explica que hoje na lei a CETESB não tem atribuição nenhuma na regularização
 49 fundiária, sendo assim não pode homologar uma situação que não é da sua competência, tendo que
 50 ser aprofundada essa questão juridicamente, cabendo ao Município licenciar o aspecto urbanístico.
 51 Um dos maiores problemas dos loteamentos irregulares é que alguns foram instalados em Área de
 52 Preservação Permanente. Renato explica que o Município tem que resolver o problema do
 53 parcelamento ilegal do solo e propõe que se faça uma integração entre o COMDEMA e as
 54 Secretarias para que juntos resolvam os problemas ambientais dos loteamentos irregulares. Renato
 55 citou como exemplo o Loteamento Vitória que foi ocupado em uma área de remanescente florestal.
 56 Como não há possibilidade de retirar todas as famílias que estão instaladas no local, a medida
 57 tomada para que haja menos impacto ambiental na área será de limitar todas as atividades no
 58 loteamento. Sandra Mourão representante do SEMAE pergunta se pode surgir um “Vitória 2”.
 59 Renato responde que não, porque existe fiscalização. Os fiscais vão trabalhar com aparelhos com
 60 tecnologia que permitirá o detalhamento de todas as áreas do município. Kátia Penteadó afirma que
 61 é preciso um corpo técnico para resolver a questão dos loteamentos irregulares, mas que é preciso
 62 que esse grupo de trabalho seja criado de fato, dentro da legalidade, por meio de uma portaria ou
 63 algo do gênero, especificando esse grupo de trabalho, para que as decisões tomadas pelo grupo
 64 tenham todo respaldo da lei. Kátia diz que uma vez deliberativo é isso que a sociedade busca do
 65 COMDEMA. Tenente Hiasa comenta sobre o convênio da Polícia Militar com o Município, a
 66 atividade delegada na área ambiental, onde as atividades devidamente autorizadas, regulamentadas,
 67 remuneradas, de trabalhos exclusivos para nossa municipalidade. Comenta que em uma reunião de
 68 entrega de viaturas o Prefeito Valdomiro Lopes sugeriu que se fizesse uma atividade delegada junto
 69 com o policiamento ambiental, especificamente com questões de meio ambiente. O Tenente explica
 70 que não tem atribuição para fiscalizar uma queimada em área urbana, pois é de responsabilidade do
 71 Município esta atribuição e que muitas vezes ao chegar no local da ocorrência a área que muitas
 72 vezes tem características de área rural é urbana, dificultando dessa forma a fiscalização da Polícia
 73 Ambiental. Ele ressalta que o foco atualmente da Polícia Ambiental é a área rural, que abrange os
 74 demais 30 (trinta) municípios dentro do pelotão que ele comanda. O Tenente relata que está com
 75 loteamentos encaminhados pela Secretaria de Meio Ambiente para fiscalizar, mas com a mudança



76 no Código Florestal prejudicou o trabalho que já estava em curso. Comenta que o novo Código
77 Florestal pode ser uma oportunidade, uma ferramenta para a regularização de alguns tipos de
78 condomínios, já que muita coisa que antes era Área de Preservação Permanente deixou de ser. O
79 Tenente Hiasa comenta que o Novo Código não traz tudo específico e que existem várias exceções
80 de regras, varias situações em que não se tem um procedimento para considerar se uma habitação
81 está dentro de uma Área de Preservação Permanente porque hoje pode ser considerada como uma
82 área rural consolidada. O Tenente lembra e que é preciso um trabalho em conjunto da policia com
83 as Secretarias para que as fiscalizações ocorram com sucesso, sugere a possibilidade de montar uma
84 equipe específica para o município pudesse trabalhar em conjunto com a Polícia Ambiental e os
85 próprios fiscais da Prefeitura. O Presidente Eduardo Boskovitz, com aprovação dos presentes,
86 decide marcar uma reunião extraordinária para montar o grupo/comissão de discussão/resolução dos
87 loteamentos irregulares. Fica marcada a próxima reunião para 21(vinte e um) de agosto de 2012
88 (dois mil de doze), às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) no Parque Ecológico Educativo
89 Danilo Santos de Miranda. . A reunião encerrou-se às 16h10min e nada mais havendo a ser tratado,
90 deu por encerrado os trabalhos, lavrando-se à presente ata por mim, Alexandre Batista do Carmo
91 _____ e assinada por todos os presentes abaixo nominados e referenciados.

Eduardo Paulo Boskovitz

Katia Regina Penteado

Alexandre Batista do Carmo

Igor Kenzo Hiasa

Sandra Mourão Monnerat

Humberto Scandiuzi

Paulo José de Fazzio Junior

